

Migração e divisão social do espaço na Região Metropolitana de Porto Alegre*

Tanya M. de Barcellos**

Maria de Lourdes Teixeira Jardim***

Mestre em Sociologia, Pesquisadora da FEE e do Projeto
Observatório das Metrópoles-Institutos do Milênio-CNPq
Mestre em Demografia, Pesquisadora da FEE e do Projeto
Observatório das Metrópoles-Institutos do Milênio-CNPq

Resumo

*Este estudo tem por objetivo trazer elementos para a compreensão das relações que se estabelecem entre migração e segmentação socioespacial do espaço metropolitano — no caso a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Para tanto, foram identificadas, inicialmente, as trajetórias de origem e destino, tendo por base uma tipificação da Região sob o ponto de vista socioocupacional. Num segundo momento, os imigrantes foram examinados quanto aos perfis demográfico (sexo e idade) e social (renda, instrução e posição na ocupação), de modo a demarcar diferenciais em relação à população não migrante e especificidades desses dois agrupamentos em função das características dos diferentes tipos de áreas de residência. Como fonte dos dados, foi utilizado o **Censo Demográfico 2000**.*

Palavras-chave: migração; desigualdades socioespaciais; metrópoles.

Abstract

In this paper we analyse some data of the Demographic Census of 2000, describing migratory flows to the Metropolitan Area of Porto Alegre, Brazil. Based on a Sociospacial Typology of the Region we studied the demographic and social characteristics of immigrants and "natural" population. We conclude that the immigrants, even those better educated, share the worst standards of wealth distribution. Furthermore, although they can be found in the best areas they represent a smaller proportion compared to the natural residents. Nevertheless, there is evidence that a

* Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), realizado em Caxambu (MG), Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

Artigo recebido em 29 mar. 2007.

**E-mail: barcellos@fee.tche.br

***E-mail: jardim@fee.tche.br

higher proportion of immigrants are employed in standard jobs, and that they play an important role in the shaping the areas that are typical in the industrial activity. By comparing these groups we help to understand the relationships between migration and social segmentation of the territory.

Introdução

O objetivo do texto é explorar os vínculos existentes entre a mobilidade da população e a estruturação do espaço metropolitano. Trata-se de uma visão preliminar da migração na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) sob o ponto de vista de suas relações com as diferenças sociais que se expressam em seu território.¹

Ele dá continuidade a estudo anterior (Jardim; Barcellos, 2005), onde procuramos entender como os processos econômicos recentes estão interferindo na conformação dos fluxos populacionais na Região. Agora, privilegiamos outros aspectos que se inscrevem mais diretamente no esforço de compreender o perfil de segmentação social que se está delineando nas metrópoles, nas últimas décadas. Muitos estudos apontam tendências de polarização social nas grandes metrópoles, com auto-segregação das elites, camadas populares “enguetadas” e alterações no tamanho, no papel e no estilo de vida das camadas médias (Ribeiro, 2000; Lago, 2000).

Partindo de uma tipificação da região sob o ponto de vista socioocupacional, procuramos relacioná-la com o destino e a origem dos imigrantes (municípios metropolitanos, municípios do interior do Rio Grande do Sul e municípios de outros estados ou regiões do País). Esses imigrantes foram, ainda, examinados quanto ao perfil demográfico (sexo e idade) e social (renda, instrução e posição na ocupação), de modo a demarcarmos diferenciais entre fluxos. A tipologia foi construída com os dados de ocupação, do **Censo Demográfico 2000**, organizados de forma a compor grupos de categorias socioocupacionais que expressam uma hierarquia social.² Para a análise do perfil social dos migrantes, adotamos a variável que registra o tempo de residência, considerando migrantes as pessoas maiores de cinco anos de idade, residentes, há até cinco anos, no municí-

pio onde foi realizado o **Censo Demográfico 2000**. Quando trabalhamos a origem dos deslocamentos, utilizamos a variável que registra a residência em 1995.

As áreas de ponderação, ou Áreas de Expansão dos Dados da Amostra (AEDs)³ — menor unidade espacial que o IBGE disponibilizou para os resultados da amostra —, permitiram que trabalhássemos com unidades menores do que o município, viabilizando a construção de uma visão intra-urbana da questão⁴ e de um panorama bastante interessante sobre os significados sociais da migração no espaço metropolitano, no período mais recente.

A tentativa é de avançarmos na identificação de características da mobilidade na metrópole, de modo a adicionar elementos para a compreensão dos processos de diferenciação social no espaço. Estão envolvidos, nessa busca, alguns pressupostos. Entendemos que os fluxos migratórios desempenham um papel na configuração espacial das aglomerações urbanas e que as características sociais e econômicas das diferentes áreas da metrópole interferem no direcionamento da mobilidade da população. Em termos de determinações, estamos trabalhando com a idéia de que existe uma relação entre migração e trabalho, ou seja, de que a mobilidade da população acompanha a divisão espacial da produção de mercadorias e serviços. Além disso, consideramos que interferem no processo de estruturação urbana as condições de formação do valor da terra urbana, que incluem os investimentos imobiliários e a oferta de infra-estrutura, serviços e bens de caráter coletivo, como a educação, a saúde e a cultura, em geral, públicos. Assim, temos uma divisão social do espaço, onde os melhores lugares vão ser ocupados pelos segmentos da população melhor situados na escala social.

O texto desenvolve-se em duas partes. Na primeira, realizamos uma apresentação sintética da tipologia socioespacial construída para captar as diferenças sociais entre os espaços da região, procurando demar-

¹ A pesquisa que dá suporte à análise se insere no **Projeto Observatório das Metrópoles: Território, Coesão Social e Governança Democrática** (Programa Institutos do Milênio, 2005-2008, Edital MCT/CNPq).

² Uma análise da tipologia socioespacial da RMPA e da metodologia usada na sua construção encontra-se em Mammarella e Barcellos (2005).

³ Sobre a metodologia de definição das AEDs, ver Mammarella e Barcellos (2005).

⁴ No caso das variáveis de migração, essa abordagem só pode ser feita para o destino, pois, para a origem, o registro foi feito para o município.

car as especificidades do perfil socioocupacional dos migrantes, e uma análise da distribuição dos tipos no território metropolitano. Na segunda, tratamos de caracterizar a migração, centrando o foco na origem dos deslocamentos, no peso da imigração nos diferentes tipos de áreas (AEDs) e no perfil demográfico e social dos imigrantes frente ao perfil dos não-migrantes nessas áreas.

A hierarquia dos espaços na metrópole gaúcha

Caracterização dos tipos

Adotamos a tipologia socioespacial da Região, analisada em estudos anteriores que enfocam a problemática da segregação espacial na RMPA, como representação da hierarquização dos espaços metropolitanos (Mammarella; Barcellos, 2005). Ela se constituiu em base para examinar o papel das migrações na configuração social da metrópole gaúcha. Foi construída através de um trabalho estatístico de correlação entre as variáveis categorias socioocupacionais (CATs)⁵, definidas a partir de uma classificação das ocupações levantadas no **Censo Demográfico 2000**, e AEDs.⁶ A utilização da ocupação como variável central assenta-se nos pressu-

postos de que o trabalho tem papel estruturador na sociedade e que, portanto, essas categorias podem traduzir, em grande medida, o lugar que as pessoas ocupam nas relações sociais, bem como a dimensão simbólica desse lugar⁷.

Através da análise do perfil socioocupacional das áreas, identificamos nove agrupamentos representando a estruturação do espaço metropolitano em 2000: superior, médio superior, médio, médio inferior, operário, operário tradicional, operário inferior, popular e agrícola popular. Tal denominação procura expressar a hierarquia social metropolitana, traduzindo, ainda, o tipo de mistura social existente. Como podemos observar na Tabela 1, os tipos mais populosos são o médio inferior e o popular, onde estão concentrados cerca de 45% dos habitantes da RMPA.

Embora bastante próxima, a distribuição dos imigrantes apresenta uma especificidade: maior participação relativa do que o perfil médio, especialmente nas áreas dos tipos operário tradicional e agrícola popular, e menor nas áreas dos tipo superior e nas dos médios, principalmente na do médio inferior. Por um lado, isso aponta a importância das oportunidades de trabalho no direcionamento dos fluxos. A indústria coureiro-calçadista, muito importante para o tipo operário tradicional, é grande absorvedora de mão-de-obra. Por outro, a participação mais destacada de imigrantes em áreas de tipo agrícola popular pode ser um indicativo da expansão da urbanização, mostrando o papel que tem a migração nesse processo.⁸ Tais evidências manifestam-se ainda na presença de imigrantes em relação à população total, que é superior à média em tipos situados na base da hierarquia social, particularmente no agrícola popular, operário tradicional e operário. Para o tipo superior, encontramos a menor proporção de migrantes (Tabela 1).

Examinando a caracterização dos tipos, levando em consideração a posição que os ocupados exibem na

⁵ São 24 CATs, compondo oito grupos: dirigentes (grandes empregadores, dirigentes do setor público, dirigentes do setor privado); intelectuais (profissionais autônomos de nível superior, profissionais empregados de nível superior, profissionais estatutários de nível superior, professores de nível superior); pequenos empregadores; ocupações médias (ocupações artísticas e similares, ocupações de escritório, ocupações de supervisão, ocupações técnicas, ocupações médias da saúde e educação, ocupações de segurança pública, justiça e correios); trabalhadores do terciário especializado (trabalhadores do comércio, prestadores de serviços especializados); trabalhadores do secundário (trabalhadores da indústria moderna, trabalhadores da indústria tradicional; operários dos serviços auxiliares, operários da construção civil); trabalhadores dos serviços não especializados (prestadores de serviços não especializados, trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros).

⁶ O trabalho estatístico constituiu-se de dois passos: no primeiro, realizamos uma análise fatorial cruzando AEDs e CATs; no segundo, os tipos foram obtidos através da aplicação de sucessivas Classificações Hierárquicas Ascendentes (CHAs), com o objetivo de chegarmos a conjuntos de AEDs que mantivessem o máximo de homogeneidade intragrupo e de diferenciação intergrupos (Mammarella; Barcellos, 2005).

⁷ Para uma visão detalhada da construção metodológica e de seus resultados, ver Mammarella e Barcellos (2005).

⁸ A expansão da urbanização, nesse caso, está configurada, como veremos mais adiante, pela presença de população que exerce ocupações urbanas residindo em áreas rurais. Na porção norte da RMPA, a combinação de residência rural e atividade urbana, ou de "pluriatividade", já foi estudada por Schneider (1995) e não necessariamente tem a ver com a migração. Trata-se de uma articulação entre moradia rural, atividade agrícola e emprego urbano, mantendo-se a propriedade rural. Já em outras áreas, como na porção que assiste a um crescimento da produção industrial moderna, a moradia em áreas rurais assume outra feição, constituindo verdadeiramente uma expansão da área urbana.

hierarquia socioocupacional (Tabela 2), vemos que, nas áreas de tipo superior, está concentrada a moradia das categorias que ocupam posições superiores na estrutura social, os dirigentes e os intelectuais, embora nelas também seja significativa a presença de camadas médias. Nas de tipo médio superior, a moradia de dirigentes e intelectuais é também expressiva, embora menos intensa do que nas de tipo superior. A incidência, nessas áreas, das ocupações médias é muito relevante. As camadas médias também são elementos marcantes na estruturação do tipo médio, não obstante sua presença não seja tão forte como no tipo anterior. Nesse caso, o peso das elites é bem menor. As reduzidas participações e densidades de camadas operárias e populares são fatores cruciais na caracterização desses três tipos de agrupamentos.

No grupo de AEDs de tipo médio inferior, observamos maior mistura social, com a moradia de uma parte relevante das ocupações médias e a presença significativa dos trabalhadores do Terciário e do Secundário. À medida que descemos na hierarquia, a partir desse grupo, verificamos que é quase inexpressiva a participação das categorias superiores, indicando a existência de uma separação das classes sociais no espaço.

Os agrupamentos de áreas onde a residência de operários é muito expressiva foram classificados em três tipos: o tipo operário, em que se destacam os trabalhadores do Secundário, em especial os trabalhadores da indústria moderna; o tipo operário tradicional, onde a marca fundamental é a presença dos trabalhadores da indústria tradicional; e o tipo operário inferior, onde os trabalhadores do Secundário dividem importância com categorias do Terciário especializado e não especializado.

O grupo de tipo popular caracteriza-se pela presença mais intensa dos trabalhadores do Terciário não especializado, com destaque para os empregados domésticos. Às categorias do Terciário não especializado, juntam-se ocupados em atividades do Terciário especializado e do secundário, nesse caso salientam-se os operários da construção civil. No perfil do último grupo, o tipo agrícola popular, destacamos a moradia dos agricultores. A formação desse agrupamento está fortemente relacionada com a presença de municípios com perfil agrícola, em especial aqueles que foram incorporados à RMPA após 1991.

Observando a composição socioocupacional dos tipos, levando em conta a população ocupada migrante (Tabela 3), verificamos que não existem grandes disparidades em relação ao perfil descrito acima. Cabe, porém, anotar que, nos perfis dos tipos superior, médio

superior e médio, as categorias dirigentes, intelectuais e médias têm sempre menos peso entre migrantes, revelando que estes últimos não alcançam a moradia, em espaços superiores, na mesma proporção que os não-migrantes.

No perfil dos tipos situados mais abaixo na hierarquia, encontramos três situações que devem ser destacadas, pois revelam particularidades da inserção espacial dos migrantes. Em primeiro lugar, vemos que a presença de trabalhadores do Terciário não especializado, no tipo superior e nos tipos médios, é mais intensa entre os migrantes, frente ao que verificamos no perfil médio da população nesses tipos, indicando uma circunstância em que emprego doméstico e residência coincidem. Em segundo lugar, encontramos uma participação de trabalhadores do Terciário não especializado mais elevada entre migrantes no tipo agrícola popular, indicando seu papel na expansão da urbanização para áreas rurais; ou seja, através do deslocamento de população ocupada em atividades urbanas para áreas ainda rurais, amplia-se a ocupação urbana na metrópole. Em terceiro lugar, verificamos que as ocupações do Setor Secundário no tipo operário tradicional têm mais significado na distribuição dos migrantes, apontando a importância da oferta de emprego pelo segmento coureiro-calçadista como fator atrativo para fluxos migratórios.

Tabela 1

Distribuição da população não migrante e migrante e taxa de migração, segundo tipos socioespaciais, na RMPA — 2000

TIPOLOGIA	POPULAÇÃO TOTAL		POPULAÇÃO NÃO MIGRANTE		POPULAÇÃO MIGRANTE		TAXA DE MIGRAÇÃO (migrante/total)
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	
TOTAL	3 718 778	100,00	3 288 256	100,00	430 522	100,00	11,58
Superior	212 542	5,72	191 430	5,82	21 112	4,90	9,93
Médio superior	348 988	9,38	309 625	9,42	39 363	9,14	11,28
Médio	233 289	6,27	208 938	6,35	24 351	5,66	10,44
Médio inferior	950 964	25,57	855 923	26,03	95 041	22,08	9,99
Operário	254 588	6,85	221 483	6,74	33 105	7,69	13,00
Operário tradicional	526 167	14,15	455 471	13,85	70 696	16,42	13,44
Operário inferior	291 088	7,83	255 253	7,76	35 835	8,32	12,31
Popular	717 362	19,29	632 638	19,24	84 724	19,68	11,81
Agrícola popular	183 790	4,94	157 495	4,79	26 295	6,11	14,31

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002.

(1) Foram consideradas migrantes as pessoas com mais de cinco anos de idade que moram, há até cinco anos, no município.

Tabela 2

População ocupada, por categorias socioocupacionais, segundo tipos de AEDs, na RMPA — 2000

(%)

TIPOLOGIA	DIRIGENTES	INTELECTUAIS	PEQUENOS EMPREGADORES	OCUPAÇÕES MÉDIAS	TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO
Total	1,39	7,40	3,22	26,46	17,27
Superior	4,98	27,68	7,92	33,78	11,05
Médio superior	2,53	19,26	4,72	40,98	14,87
Médio	2,66	13,67	6,43	38,99	15,80
Médio inferior	0,97	5,32	2,81	29,81	20,45
Operário	0,66	3,17	1,95	21,78	17,79
Operário tradicional	1,12	2,54	2,91	18,94	12,22
Operário inferior	0,64	2,49	2,03	21,14	19,91
Popular	0,34	1,99	1,21	18,71	21,24
Agrícola popular	0,90	3,69	2,51	15,89	14,49

TIPOLOGIA	TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO ESPECIALIZADO	AGRICULTORES	TOTAL
Total	27,67	14,63	1,97	100,00
Superior	5,80	8,58	0,22	100,00
Médio superior	8,82	8,60	0,21	100,00
Médio	13,41	8,73	0,31	100,00
Médio inferior	23,54	16,59	0,50	100,00
Operário	38,52	15,02	1,10	100,00
Operário tradicional	49,73	9,64	2,90	100,00
Operário inferior	36,43	16,83	0,53	100,00
Popular	31,46	23,19	1,86	100,00
Agrícola popular	26,82	16,59	19,12	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002.

Tabela 3

Distribuição da população migrante, por categorias socioocupacionais, segundo tipos de AEDs, na RMPA — 2000

(%)

TIPOLOGIA	DIRIGENTES	INTELECTUAIS	PEQUENOS EMPREGADORES	OCUPAÇÕES MÉDIAS	TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO
Total	1,00	7,07	2,43	25,33	17,63
Superior	4,55	22,75	3,21	33,43	15,56
Médio superior	2,11	20,23	3,26	43,62	14,97
Médio	1,75	12,70	5,14	41,67	15,62
Médio inferior	0,62	5,51	2,54	28,69	21,53
Operário	0,34	4,43	1,43	20,43	18,73
Operário tradicional	0,84	2,62	2,83	17,81	11,45
Operário inferior	0,34	2,88	1,62	20,98	20,03
Popular	0,25	2,44	1,01	17,36	21,66
Agrícola popular	0,54	4,65	2,04	13,97	14,59

TIPOLOGIA	TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO ESPECIALIZADO	AGRICULTORES	TOTAL
Total	28,06	16,34	2,16	100,00
Superior	5,06	15,44	-	100,00
Médio superior	6,19	9,37	0,25	100,00
Médio	12,19	10,71	0,22	100,00
Médio inferior	22,74	17,88	0,50	100,00
Operário	35,54	18,06	1,03	100,00
Operário tradicional	52,15	9,87	2,44	100,00
Operário inferior	34,54	19,06	0,56	100,00
Popular	31,49	23,33	2,46	100,00
Agrícola popular	23,52	23,21	17,49	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002.

NOTA: Foram consideradas migrantes as pessoas com mais de cinco anos de idade que moram, há até cinco anos, no município.

A distribuição espacial dos tipos

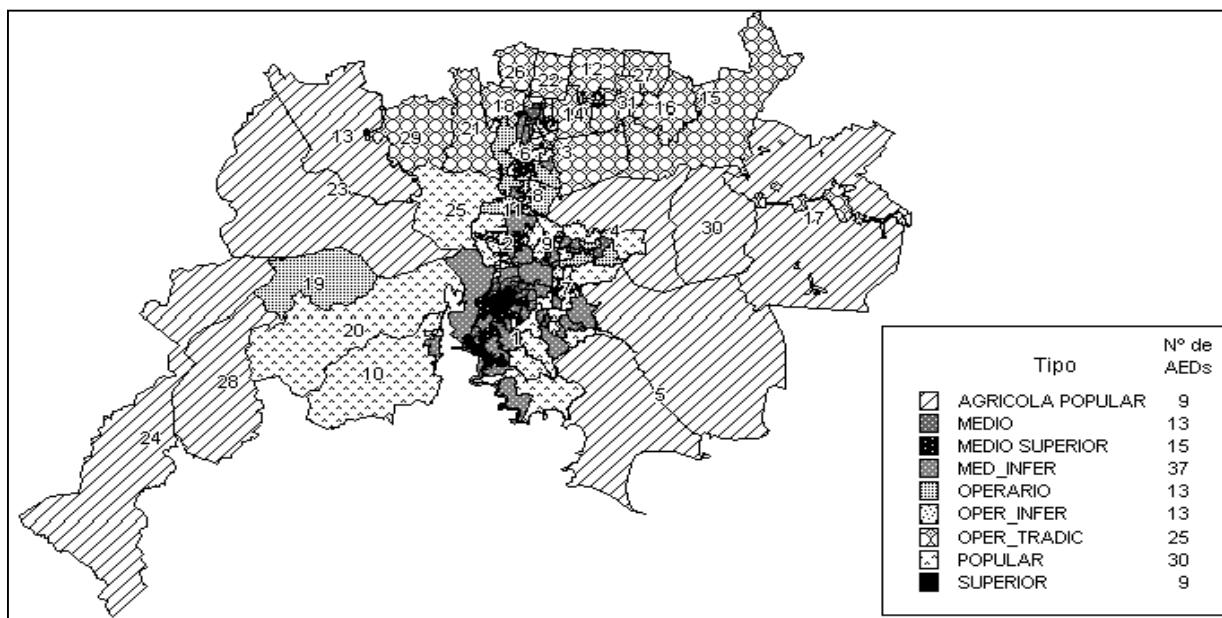
Uma visão sintética da distribuição dos tipos no território metropolitano (Mapa 1) revela alguns aspectos importantes da estruturação urbana da RMPA. Porto Alegre aparece como lugar consolidado das elites, mantendo, não obstante isso, áreas populares, em especial na sua periferia, que se extravasa para alguns municípios limítrofes, como Alvorada e Viamão. Existe uma concentração importante de espaços operários, todos fora da capital, sinalizando para uma desindustrialização da cidade, como resposta, em especial, aos custos de congestionamento relacionados com a excessiva aglomeração de atividades em seu território e ao encarecimento do solo (Alonso, 2003). Identificamos uma área fortemente marcada pela presença da indústria tradicional, que é

o Vale do Sinos, onde está concentrada a produção coureiro-calçadista, que se estende para Taquara e Santo Antônio da Patrulha. A existência de áreas definidas socialmente pela presença, sobretudo, de camadas médias, mas também por elites, em Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Gravataí, é um fato indicativo de mudanças na estrutura social da Região. Por fim, também devemos ressaltar a magnitude dos espaços agrícolas na Região, em grande parte associada à incorporação de novos municípios, mas não só, pois também reflete a articulação entre atividade urbana e rural que acontece em uma parcela dos municípios da RMPA, em especial no Vale do Sinos, bem como a expansão da ocupação urbana na região.

As maiores taxas de imigração concentram-se nas áreas de tipo agrícola popular e popular, no entorno de Porto Alegre, e em AEDs do tipo operário tradicional (Mapa 2).

Mapa 1

Tipologia das AEDs da Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002.

Mapa 2

Taxa de imigração, por AEDs, da Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002.

Características da imigração no espaço metropolitano

Sobre a origem dos fluxos migratórios para a RMPA

Em primeiro lugar, cabe uma rápida abordagem dando conta dos principais aspectos detectados na análise da origem dos fluxos populacionais na Região e sua distribuição entre os tipos de áreas caracterizados no tópico anterior. Em termos agregados, quanto à origem dos migrantes, verificamos que, quando separamos a sede, há uma predominância dos municípios não metropolitanos do Rio Grande do Sul, com 37,19% do total dos deslocamentos, seguidos dos movimentos originados na própria RMPA (31,08%). Quando consideramos a Região incluindo Porto Alegre, a origem principal é intrametropolitana, ou seja, 48,25% da migração ocorre dentro da RMPA.⁹ A migração do resto do País para a Região, reunida na categoria outros, significa pouco mais de 14% dos fluxos (Tabela 4).

Analisando a procedência dos imigrantes do ponto de vista da tipificação social das AEDs, constatamos que a imigração originada em municípios de outros estados do País assume uma participação bastante alta (33,0%) no tipo superior, sendo também representativa nos tipos médio superior e médio. Os fluxos de longa distância para a RMPA envolvem, portanto, em geral, população melhor situada na hierarquia social (Tabela 4). Também a origem em municípios não metropolitanos do Rio Grande do Sul é mais freqüente nos tipos que representam o topo e o meio da hierarquia socioespacial. Em torno de 50% dos imigrantes que vivem nas áreas de tipo superior, todas de Porto Alegre, e médio superior, majoritariamente da Capital, têm, por procedência, outros municípios do Estado. Nas de tipo médio, tal participação também é elevada, pois ultrapassa os 40%.

Com significado expressivo da origem intra-estadual e extrametropolitana, aparecem igualmente as áreas de tipo operário tradicional (42,02%), evidencian-

do relações importantes desses espaços, onde se concentra a produção coureiro-calçadista, com outras partes do RS. Também é importante lembrarmos novamente que a indústria tradicional é extensiva em uso de trabalho pouco qualificado, demandando, portanto, muita mão-de-obra, o que significa um fator de atração de contingentes migratórios (Tabela 4).

Os deslocamentos intrametropolitanos¹⁰ têm como direção predominante três tipos de área (Tabela 4): as áreas do tipo operário (43,45%), que estão situadas principalmente em municípios no entorno de Porto Alegre, como Canoas, Gravataí e Cachoeirinha, onde se concentra a produção industrial moderna; as de tipo operário tradicional, concentradas no vale do Sinos; e as de tipo agrícola popular (35,33%), notadamente Arroio dos Ratos, a parte rural de Santo Antônio da Patrulha e Glorinha, áreas em que a participação da origem intrametropolitana supera os 50%.

Os fluxos migratórios que deixaram o Município de Porto Alegre se dirigiram, sobretudo, para áreas dos tipos médio inferior e popular, constituindo, ainda, parcela importante dos imigrantes residentes nos tipos agrícola popular e operário inferior. São, portanto, áreas onde é expressiva a presença de camadas populares, demonstrando que se encontram em curso processos de elitização da moradia na Capital (Tabela 4). Trata-se de movimentos que acompanham o aumento dos preços dos terrenos urbanos e dos imóveis que acontece nas áreas melhor servidas de infra-estrutura e serviços, que se concentram na Capital. Cabe acrescentarmos que, em algumas AEDs de municípios do entorno da capital, a proporção de imigrantes dela procedentes assume participação bastante mais alta, superando 50% dos fluxos, quando, na média, essa origem atinge 17,17% dos deslocamentos. Em alguns casos, como no bairro Algarve, em Alvorada, e na região de Orçamento Participativo São Tomé, em Viamão, ambas de tipo médio inferior, essa cifra ultrapassa os 60%, indicando que é fundamental o papel da migração originada na sede metropolitana na configuração dessas áreas. Esses fluxos são exemplos significativos dos processos de expulsão de população para áreas periféricas ao pólo metropolitano.

⁹ Já havíamos constatado em estudo anterior o crescimento da migração intrametropolitana na metrópole gaúcha como um fenômeno que acompanha a tendência de redução das grandes distâncias que marcaram os deslocamentos populacionais no País, em décadas anteriores, especialmente nos anos 70 (Jardim; Barcellos, 2005).

¹⁰ Nos deslocamentos intrametropolitanos, estão excluídos os procedentes da Capital, que foram tratados separadamente.

Tabela 4

Distribuição da população imigrante, segundo tipos socioespaciais e grupos de municípios de residência em 1995, na RMPA —2000

(%)

TIPOLOGIA	RMPA			RS EXCETO RMPA	OUTROS	TOTAL
	Total	Porto Alegre	RMPA Exceto Porto Alegre			
Total	48,24	17,17	31,08	37,19	14,57	100,00
Superior	17,14	-	17,14	49,86	33,00	100,00
Médio superior	24,77	5,11	19,67	50,82	24,40	100,00
Médio	36,65	5,90	30,75	41,66	21,69	100,00
Médio inferior	52,01	26,09	25,92	34,50	13,49	100,00
Operário	63,39	19,94	43,45	25,62	10,99	100,00
Operário tradicional	43,93	4,12	39,81	42,02	14,06	100,00
Operário inferior	60,18	20,67	39,52	29,15	10,67	100,00
Popular	55,14	26,98	28,17	35,04	9,81	100,00
Agrícola popular	56,43	21,10	35,33	32,99	10,58	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002.

Perfil demográfico e social: migrantes e não-migrantes

Já havíamos constatado em outro estudo que, na distribuição dos imigrantes, a participação de homens e de População em Idade Ativa é mais significativa quando comparada com a média dos habitantes, bem como que os imigrantes têm menor remuneração e maior instrução do que a média da população metropolitana (Jardim; Barcellos, 2005). Queremos, agora, verificar como isso se expressa na tipificação socioespacial. Para tanto, calculamos alguns indicadores da situação ocupacional, demográfica e social da população migrante e não migrante, levando em conta essa discriminação.

Ao desagregarmos as informações por tipo de AED, podemos detectar especificidades que nos falam da hierarquização socioespacial. Na média da Região, verificamos uma predominância de população feminina tanto entre migrantes como entre não-migrantes, embora o peso dos homens na composição por sexo seja mais elevado entre migrantes. Devemos ressaltar que isso é muito destacado em algumas áreas, onde encontramos uma presença masculina bem mais significativa entre os migrantes. Enquanto, na população não migrante, os homens superam as mulheres somente nas áreas de tipo agrícola popular, na população migrante eles superam a população feminina nas AEDs de tipo operário, operário tradicional, popular e agrícola popular. São

áreas onde o elemento de atração é, sobretudo, o emprego ou a moradia barata com acesso a oportunidades de trabalho. A razão de masculinidade dos migrantes só é significativamente mais baixa do que a dos não-migrantes no tipo superior (Tabela 5).

Tal constatação, em síntese, aponta-nos um predomínio masculino em deslocamentos cujo destino está fortemente influenciado pela busca de emprego, no caso das áreas operárias, ou de oportunidades, no das populares, acessíveis às chances diversificadas de trabalho que o pólo metropolitano oferece.

A razão de dependência é um indicador que expõe a relação entre o tamanho da População em Idade Ativa e o peso das crianças, adolescentes e idosos. Sua análise mostra-nos que é menor a carga de dependência para os migrantes em todos os tipos de AEDs. Algumas particularidades, porém, merecem nossa atenção.

Primeiramente, temos uma diferença muito grande na razão de dependência total desses dois grupos, o que expõe a seletividade existente na migração, que envolve, preferencialmente, População em Idade Ativa nas faixas mais jovens e, portanto, com menos encargos com filhos e idosos (Tabela 5).¹¹ Em segundo lugar, constatamos que, tanto entre migrantes como entre não-migrantes, a razão de dependência cai, à medida

¹¹ No caso da RMPA, a faixa dos 15 aos 24 anos representa 25,75% na população migrante, enquanto, entre os não-migrantes, ela soma 17,77%.

que subimos na hierarquia socioespacial. Entre migrantes, ela atinge seu menor valor no tipo médio superior (15,88%) e, entre não-migrantes, no superior (41,69%). As maiores taxas de dependência estão no tipo popular para os dois grupos, evidenciando o determinante social no desenho do perfil demográfico (29,65% e 60,50% respectivamente) (Tabela 5). É relevante acrescentarmos nessa avaliação que, ao considerarmos a dependência separada entre crianças e idosos, constatamos que ela sempre vai estar mais vinculada ao peso da população infantil nos dois subgrupos populacionais e que, nos tipos superiores, a parcela de dependência que advém dos idosos é consideravelmente mais alta somente entre não-migrantes. Também nas áreas de tipo agrícola isso ocorre. A menor relevância da população idosa aparece como um outro elemento que aponta o curso de um processo de transformação de áreas antes eminentemente agrícolas (onde, em um passado recente, os jovens migravam para outras áreas, permanecendo nesses espaços as pessoas mais idosas) para áreas de expansão demográfica. Assim, muda o perfil demográfico das áreas rurais pela interferência desses contingentes populacionais recentes.

O perfil social de migrantes e não-migrantes, pautado pela divisão social do espaço metropolitano, igualmente nos traz resultados bastante interessantes.

Analisando conjuntamente as Tabelas 6, 7 e 8, que ilustram, de modo sintético, a situação de migrantes e não-migrantes em relação à instrução, aos rendimentos e à posição no mercado de trabalho, constatamos que a posição de migrantes é favorável em vários aspectos. A participação das faixas mais elevadas de instrução (de 11 a 14 e de mais de 15 anos de estudo) é mais alta entre migrantes, em praticamente todos os tipos. Nas faixas intermediárias (de quatro a sete e de oito a 10 anos de estudo), os migrantes situam-se em melhor posição, nos tipos que estão mais abaixo na hierarquia socioespacial (a partir do médio inferior). Chama atenção a diferença de participação da faixa dos sem-instrução no quadro de migrantes e não-migrantes, em todos os tipos de área: na média, somente 7,33% dos migrantes não têm instrução, enquanto, entre não-migrantes, essa proporção é de 19,00%. Tal resultado certamente acompanha as diferenças na estrutura etária desses dois grupos, sendo a de migrantes muito mais carregada nas faixas jovens, que assistiram a uma ampliação do acesso à instrução ocorrido nas últimas décadas (Tabela 6). De qualquer modo, os contingentes de migrantes exibem melhor qualificação na disputa por lugares no mercado de trabalho.

Em termos de rendimentos, porém, a situação dos migrantes é pior, embora bastante próxima da dos não-migrantes. Em termos das desvantagens na distribuição dos rendimentos da população migrante, considerando a hierarquia socioespacial, verificamos que a proporção de migrantes bem colocados é bem mais reduzida do que a de não-migrantes nos três tipos que estão mais acima na hierarquia socioespacial, sobretudo no tipo superior, onde somente 33,33% dos migrantes têm rendimentos na faixa de mais de 10 salários mínimos, enquanto, entre não-migrantes, esse percentual é de 41,19% (Tabela 7). É interessante observarmos, ainda, que os empregadores são mais frequentes entre não-migrantes, no tipo superior e nos tipos médios, e que a participação dos trabalhadores por conta própria também é significativamente maior na distribuição desse grupo, em todos os tipos de AEDs (Tabela 8).

Por outro lado, na distribuição dos migrantes, é menos relevante, em média, a parcela dos que se enquadram na faixa mais baixa de rendimento, dos que recebem até um salário mínimo (SM). Tal se verifica também nos tipos médio superior, médio inferior, operário tradicional, operário inferior e agrícola popular, apontando uma situação relativamente vantajosa desse grupo. Cabe acrescentarmos que os migrantes, além de apresentarem menores índices de ocupados com rendimento muito baixo, também aparecem com maiores proporções de formalidade no emprego em vários tipos de AEDs. Nas áreas dos tipos superiores e médios e do tipo operário tradicional, os empregados com carteira assinada têm mais peso na distribuição dos migrantes. Também o emprego doméstico com carteira é mais significativo para migrantes do que para não-migrantes (Tabelas 7 e 8). São situações em que, talvez, um nível relativamente mais alto de instrução esteja protegendo esses trabalhadores das piores situações de emprego.

O fato de os migrantes estarem em situação menos favorável, quando se trata de altos rendimentos, deve estar associado à sua inserção recente no mercado de trabalho da localidade onde passou a residir. Como o **Censo Demográfico 2000** não disponibiliza informação a esse respeito, podemos acrescentar elementos à análise, introduzindo a variável idade na distribuição dos rendimentos. Considerando a população ocupada estratificada por idade e renda, verificamos que, entre os jovens, especialmente entre os de 15 a 24 anos, a proporção de ocupados com rendimentos altos é mais elevada entre os migrantes.¹² Com efeito, na faixa onde

¹² Nessa faixa etária, 2,1% recebem mais de 10 salários mínimos, enquanto, entre os não-migrantes, essa participação é de 1,2%.

ocorre o ingresso no mercado de trabalho, a vantagem dos não-migrantes desaparece.

Assim, podemos dizer que a condição de relativa “inferioridade” da população migrante nos indicadores de renda é restrita a algumas situações e é, de certo modo, compensada pela incidência maior de formalidade no emprego que esse grupo exibe.

Cabe, por fim, uma outra observação, pautando essas evidências sobre a pior condição de migrantes

em termos de rendimentos. As análises comparativas entre os perfis sociais de migrantes e a média da população metropolitana realizadas em outro estudo (Jardim; Barcellos, 2005) mostraram-nos que, quando levamos em consideração a origem dos fluxos migratórios, os resultados se alteram: os migrantes procedentes de outros estados da Federação são melhor remunerados em relação aos não-migrantes.¹³

Tabela 5

Indicadores do perfil demográfico de não-migrantes e migrantes, segundo tipos de AEDs, na RMPA — 2000

CONDIÇÃO E TIPOLOGIA	RAZÃO DE MASCULINIDADE	RAZÃO DE DEPENDÊNCIA		
		Total	De 0 a 14 Anos	65 Anos ou Mais
Não-migrantes				
Subtotal	93,11	51,83	41,65	10,18
Superior	82,78	41,69	23,74	17,95
Médio superior	81,25	44,34	26,56	17,78
Médio	85,84	44,17	29,05	15,12
Médio inferior	92,53	50,55	41,15	9,40
Operário	98,53	51,15	44,64	6,51
Operário tradicional	99,06	54,06	46,44	7,61
Operário inferior	96,45	54,04	47,11	6,92
Popular	96,61	60,50	53,73	6,77
Agrícola popular	101,44	56,58	44,10	12,47
Migrantes (1)				
Subtotal	97,14	25,49	21,08	4,41
Superior	80,56	16,38	12,22	4,16
Médio superior	87,03	15,88	10,99	4,88
Médio	88,46	20,85	16,88	3,97
Médio inferior	94,72	26,39	21,80	4,59
Operário	108,96	26,19	22,60	3,59
Operário tradicional	101,11	26,63	22,88	3,75
Operário inferior	96,14	28,59	24,16	4,44
Popular	102,72	29,65	25,24	4,41
Agrícola popular	104,51	29,39	22,86	6,53

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002.

(1) Foram consideradas migrantes as pessoas com mais de cinco anos de idade que moram, há até cinco anos, no município.

¹³ Pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, no trabalho **Migração, Seleção e Diferenças Regionais de Renda no Brasil**, chegaram a essa mesma conclusão (Ferreira; Menezes Filho; Santos Junior, 2005).

Tabela 6

Distribuição da população não migrante e migrante, por faixas de anos de estudo, segundo tipos de AEDs, na RMPA — 2000

(%)

CONDIÇÃO E TIPOLOGIA	SEM INSTRUÇÃO	DE 1 A 3 ANOS E ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS	DE 4 A 7 ANOS	DE 8 A 10 ANOS	DE 11 A 14 ANOS	15 ANOS OU MAIS	TOTAL
Não migrante							
Subtotal	19,00	13,20	30,57	15,41	16,02	5,80	100,00
Superior	9,44	6,02	14,75	12,41	27,45	29,93	100,00
Médio superior	11,37	7,69	18,96	15,28	29,19	17,51	100,00
Médio	12,30	8,38	22,09	16,22	27,97	13,04	100,00
Médio inferior	18,68	12,85	29,87	17,19	17,72	3,68	100,00
Operário	20,99	14,03	34,32	17,19	12,10	1,37	100,00
Operário tradicional	21,19	15,88	39,34	12,95	9,19	1,45	100,00
Operário inferior	20,93	15,19	35,04	16,06	11,81	0,97	100,00
Popular	24,33	16,00	34,36	15,21	9,31	0,78	100,00
Agrícola popular	22,59	17,69	34,61	12,98	10,11	2,03	100,00
Migrante (1)							
Subtotal	7,33	13,71	34,40	18,09	20,14	6,31	100,00
Superior	2,75	6,20	14,86	13,56	33,88	28,75	100,00
Médio superior	3,29	5,74	15,42	14,39	39,92	21,24	100,00
Médio	4,18	9,18	20,48	18,10	34,39	13,67	100,00
Médio inferior	6,99	12,74	31,97	20,62	23,09	4,58	100,00
Operário	8,28	16,52	38,43	20,04	14,83	1,91	100,00
Operário tradicional	7,26	15,69	44,16	17,09	13,51	2,28	100,00
Operário inferior	8,43	16,13	38,30	20,78	14,60	1,76	100,00
Popular	10,05	16,52	41,49	18,02	12,49	1,42	100,00
Agrícola popular	10,00	18,27	40,83	14,95	12,32	3,62	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002.

(1) Foram consideradas migrantes as pessoas com mais de cinco anos de idade que moram, há até cinco anos, no município.

Tabela 7

Distribuição da população não migrante e migrante, por faixas de rendimento, segundo tipos de AEDs, na RMPA — 2000 (%)

CONDIÇÃO E TIPOLOGIA	ATÉ 1SM	DE 1 ATÉ 5SMs	DE 5 ATÉ 10SMs	MAIS DE 10SMs	TOTAL
Não migrante					
Subtotal	15,50	56,56	16,15	11,80	100,00
Superior	6,94	31,61	20,26	41,19	100,00
Médio superior	9,14	39,91	24,53	26,42	100,00
Médio	9,77	45,20	23,86	21,16	100,00
Médio inferior	15,55	58,49	17,51	8,45	100,00
Operário	17,22	64,05	13,75	4,98	100,00
Operário tradicional	17,04	67,64	10,72	4,60	100,00
Operário inferior	18,42	63,70	13,65	4,22	100,00
Popular	19,63	66,16	10,92	3,29	100,00
Agrícola popular	27,95	55,66	11,07	5,31	100,00
Migrante (1)					
Subtotal	14,78	60,49	14,73	10,00	100,00
Superior	7,25	41,04	18,39	33,33	100,00
Médio superior	7,00	46,08	23,84	23,07	100,00
Médio	9,01	48,55	22,92	19,52	100,00
Médio inferior	12,99	61,55	17,18	8,28	100,00
Operário	19,85	63,41	11,92	4,82	100,00
Operário tradicional	15,27	69,72	9,91	5,10	100,00
Operário inferior	17,99	66,09	11,87	4,05	100,00
Popular	19,83	66,52	10,25	3,40	100,00
Agrícola popular	22,75	59,20	11,23	6,82	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002.

(1) Foram consideradas migrantes as pessoas com mais de cinco anos de idade que moram, há até cinco anos, no município.

Tabela 8

Distribuição da população não migrante e migrante, por posição na ocupação, segundo os tipos de AEDs, na RMPA — 2000

(%)

CONDIÇÃO E TIPOLOGIA	TRABALHADOR DOMÉSTICO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	TRABALHADOR DOMÉSTICO SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	EMPREGADO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	EMPREGADO SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	EMPREGADOR
Não migrante					
Subtotal	3,24	3,13	46,05	19,30	4,14
Superior	2,62	1,43	36,29	20,34	11,80
Médio superior	1,55	1,46	41,55	23,44	6,09
Médio	1,36	1,26	44,74	18,46	8,51
Médio inferior	3,84	3,30	45,72	19,41	3,37
Operário	2,49	3,40	50,75	18,06	2,33
Operário tradicional	2,21	2,28	54,95	18,13	3,64
Operário inferior	3,02	4,27	49,04	18,41	2,42
Popular	5,56	5,11	45,25	18,35	1,37
Agrícola popular	3,77	4,79	36,59	19,48	2,85
Migrante (1)					
Subtotal	4,41	3,96	48,63	20,64	2,86
Superior	9,32	2,08	43,97	23,67	4,66
Médio superior	3,14	1,94	46,25	28,32	3,94
Médio	3,12	2,23	48,56	21,26	6,06
Médio inferior	4,48	4,06	47,76	20,01	2,82
Operário	3,38	4,55	49,95	20,07	1,69
Operário tradicional	2,33	2,59	59,08	18,94	3,42
Operário inferior	4,05	5,13	48,73	19,98	1,72
Popular	5,23	6,01	46,60	18,17	1,06
Agrícola popular	8,65	6,71	32,70	20,06	2,45

CONDIÇÃO E TIPOLOGIA	CONTA-PRÓPRIA	APRENDIZ OU ESTAGIÁRIO SEM REMUNERAÇÃO	NÃO REMUNERADO EM AJUDA A MEMBRO DO DOMICÍLIO	TRABALHADOR NA PRODUÇÃO PARA O PRÓPRIO CONSUMO	TOTAL
Não migrante					
Subtotal	22,27	0,52	1,05	0,32	100,00
Superior	25,26	1,49	0,73	0,05	100,00
Médio superior	24,07	0,90	0,89	0,04	100,00
Médio	23,83	0,75	0,98	0,12	100,00
Médio inferior	22,90	0,43	0,92	0,11	100,00
Operário	21,42	0,31	0,99	0,24	100,00
Operário tradicional	17,02	0,22	0,87	0,69	100,00
Operário inferior	21,47	0,41	0,86	0,11	100,00
Popular	22,86	0,37	0,94	0,19	100,00
Agrícola popular	25,65	0,30	4,02	2,55	100,00
Migrante (1)					
Subtotal	17,47	0,49	1,13	0,42	100,00
Superior	13,69	1,72	0,91	-	100,00
Médio superior	14,00	1,41	0,95	0,04	100,00
Médio	17,56	0,85	0,37	-	100,00
Médio inferior	19,65	0,20	0,98	0,05	100,00
Operário	19,05	0,47	0,53	0,31	100,00
Operário tradicional	12,53	0,17	0,57	0,37	100,00
Operário inferior	19,25	0,24	0,76	0,14	100,00
Popular	20,74	0,28	1,51	0,39	100,00
Agrícola popular	20,33	0,29	4,78	4,03	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002.

(1) Foram consideradas migrantes as pessoas com mais de cinco anos de idade que moram, há até cinco anos, no município.

Conclusões

Essa rápida incursão ao tema da migração trouxe alguns resultados que agregam elementos para a compreensão das relações que se estabelecem entre mobilidade da população e segmentação socioespacial na metrópole gaúcha.

Primeiramente, a identificação de um peso maior de população ocupada nos tipos operário tradicional e agrícola popular entre os imigrantes está mostrando pelo menos duas coisas. De um lado, a importância das oportunidades de trabalho no direcionamento dos fluxos, o que não é um fenômeno inusitado. Porém, em nossa região, em grande parte, é nas áreas onde a indústria tradicional tem forte predomínio que essa relação se manifesta com mais clareza, como decorrência de seu potencial como grande absorvedora de mão-de-obra. De outro lado, a presença mais destacada de imigrantes com perfil ocupacional urbano em áreas de tipo agrícola popular está apontando um movimento de expansão urbana alimentado, em grande parte, pela migração.

Em segundo lugar, vimos que existem particularidades na origem da imigração dos diferentes tipos sociais. Assim, nos tipos que representam o topo e o meio da hierarquia socioespacial, a origem mais frequente é em municípios não metropolitanos do Rio Grande do Sul. Também, a imigração originada em municípios de outros estados só tem relevo para o tipo superior e, com menos intensidade, para os tipos médio superior e médio. Tais resultados mostram que, em geral, os fluxos de longa distância para a RMPA envolvem população melhor situada na hierarquia social. Os deslocamentos intrametropolitanos incidem mais nas áreas de tipo operário, especialmente no entorno de Porto Alegre, onde está concentrada a produção industrial moderna. Aqui, está em pauta a questão da atratividade desempenhada pela presença das atividades econômicas, nesse caso para a população da própria Região. Os fluxos procedentes de Porto Alegre estão claramente vinculados a situações de extravasamento da ocupação periférica do pólo metropolitano.

Quanto ao perfil demográfico, devemos salientar a seletividade “demográfica” exposta na migração. Ela se manifesta em dois aspectos: na maior presença masculina entre migrantes, principalmente em deslocamentos cujo destino está fortemente influenciado pela busca de emprego, no caso das áreas operárias, ou de oportunidades, no das populares próximas à capital; e na razão de dependência muito menor dos migrantes, que apare-

cem fortemente concentrados nas idades mais ativas. Não obstante isso, vemos que a determinação social se sobrepõe a essas evidências demográficas gerais, quando constatamos que, tanto para migrantes como para não-migrantes, as áreas populares exibem as maiores taxas de dependência. E mais, a razão de dependência cai, à medida que subimos na hierarquia socioespacial.

No que diz respeito ao perfil social, os principais resultados a sublinhar são os níveis mais altos de instrução dos migrantes e a não-correspondência disso com os níveis de rendimento, o que se expressa numa menor participação da faixa de renda mais alta na distribuição dos migrantes, em especial no tipo superior. Essa relativa desvantagem dos migrantes, no que se refere à renda, no entanto, deve ser avaliada tendo em mente os resultados que mostram que os migrantes, em grande parte, têm menores índices de ocupados com rendimento muito baixo e maiores proporções de formalidade no emprego. Tais diferenciais positivos podem ser atribuídos ao patamar relativamente mais elevado de instrução dos contingentes migrantes, que estariam funcionando como proteção frente às piores situações de emprego.

Referências

- ALONSO, José Antônio Fialho. O cenário regional gaúcho nos anos 90: convergência ou mais desigualdade? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 3, p. 97-118, 2003.
- FERREIRA, Pedro Cavalcanti; MENEZES FILHO, Naércio Aquino; SANTOS JUNIOR, Enestor da Rosa. Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro: IPEA, v. 35, n. 3, p. 299-331, 2005.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000**: microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002.
- JARDIM, Maria de Lourdes Teixeira; BARCELLOS, Tanya M. de. Mobilidade populacional na RMPA nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v. 19, n. 4, p. 78-95, out./dez., 2005.
- LAGO, Luciana Corrêa do. O que há de novo na clássica núcleo-periferia: a metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Q. (Org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p. 207-228.

MAMMARELLA, Roseta; BARCELLOS, Tanya M. de. Estrutura social e segmentação do espaço metropolitano: um retrato da Região Metropolitana de Porto Alegre em 2000. **Caderno Metrópoles**, São Paulo, v. 13, p.133-169, 2005.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: — (Org.) **O futuro das metrópoles**: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000. p. 62-98.

SCHNEIDER, Sergio. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 105-29, 1995.